



Visitando alguns autores do pensamento social clássico para pensar um outro design

Apresentação: em busca de outras formas de fazer Design

Marcado por uma prática que resultou em objetos visualmente sofisticados, de "bom desenho" e elitistas, o Design brasileiro vem enfrentando dificuldades para o reconhecimento de sua importância e alcance social no cenário nacional

Premiado no exterior, o jovem e imaturo Design brasileiro se ressentido do pouco espaço que vem ocupando em seu próprio país e busca explicações externas para explicar seu isolamento ao invés de avaliar os resultados de seu trabalho junto à sociedade brasileira e rever a máxima de que "Design se faz fazendo".

De fato, Design – como qualquer outra atividade - "se faz fazendo". Mas existem variadas formas de fazer e, conseqüentemente, variados resultados. O resultado de uma determinada forma de fazer servirá a esse e não àquele propósito, atenderá a esse e não àquele público, será reconhecido lá e ignorado acolá.

Assim sendo, cabe pensar que parte dos problemas enfrentados pela atividade para ser conhecida e reconhecida no Brasil pode ter tido origem na interpretação mais comum da idéia de que "Design se faz fazendo", e que releva os aspectos formais, funcionais e técnicos dos artefatos.

Cabe, também, se perguntar: a que propósitos o Design brasileiro vem servindo? Que público vem atendendo? Como seus resultados estão sendo recebidos e incorporados pelas pessoas? Como e para o quê estão sendo usados?

A relevância atribuída a um certo modo de fazer é evidente nos currículos dos cursos de graduação em Design, e caracteriza-se pelo grande número de disciplinas voltadas para questões relacionadas à materialidade dos artefatos. É compreensível que a formação de um designer enfatize aspectos atinentes ao processo de representar e fabricar artefatos, mas não é justificável o reduzido número de disciplinas voltadas para o conhecimento e para a reflexão sobre a relação entre o indivíduo e sociedade. Afinal, é para o indivíduo e para a sociedade que o designer projeta seus artefatos e são as pessoas que os usa e lhes dão "sentido" e razão de ser.

O designer dá forma àquilo que julga ser eficiente, econômico, seguro, confortável, belo, ecológico e ao que mais considerar importante. Em outras palavras, os artefatos são desenvolvidos de acordo com uma determinada visão do que é Design, do que é a sociedade e do que é útil e importante. Neste sentido, o pensamento clássico em torno da ação social oferece ao designer ângulos inéditos para a leitura da relação dos produtos que desenvolve e as pessoas para os quais se destinam, apresentando-se como instrumento indispensável para o desenvolvimento de outras e novas maneiras de "fazer" e, conseqüentemente, de variados resultados que servirão a outros e novos propósitos, atenderão a outros e novos públicos e serão reconhecidos em outros e novos lugares, que muito possivelmente incluirão o Brasil.

Hobbes e o Design do interior dos ônibus coletivos

Estamos na Inglaterra, no fim do século XVI. Se antes tudo o que existia e acontecia era atribuído à vontade de Deus, daquele momento em diante a relação do homem com o mundo passa a se caracterizar pela ação, e não mais pela passividade e contemplação.

Diante deste novo cenário social a grande questão que Thomas Hobbes (1588-1679) se colocou foi o que determinaria a transformação do homem natural no homem social. Para ele o estado de natureza era o estado de guerra constante, pois todos nasciam com o mesmo grau de liberdade e direitos, e sendo os direitos iguais para todos e a liberdade geral, todos se julgavam com direito a tudo. Assim, a liberdade era um fator desagregador, que colocava a sociedade em risco e só a força poderia conter o indivíduo. Hobbes via o homem em estado permanente de hostilidade em relação a seu semelhante. Segundo ele, no estado de natureza "o homem é um lobo para o homem".

Existiam leis naturais, e as principais eram: a proteção à própria vida e à propriedade. A passagem do homem natural para o homem social se daria a partir da consolidação das leis naturais. Mas para garantir seu cumprimento, era preciso que fosse criada uma estrutura compulsória. O Leviatã, de acordo com Hobbes, é a estrutura que faz com que as pessoas obedeçam e que garante a aplicação da lei¹.

As ações humanas são governadas pela paixão, e dentre elas, foi o medo, ou a necessidade de assegurar sua sobrevivência, que levou o homem a criar o Leviatã e renunciar à sua liberdade. Para Hobbes, o homem se organiza em sociedade para salvar a própria pele. O pacto social é movido pelo amor a si

mesmo e o instinto de sobrevivência é o ponto nevrálgico para a organização da sociedade e razão pela qual o pacto não se rompe.

Hobbes parte do princípio de que o indivíduo precisa ser vigiado constantemente, do contrário ele avança, ou exerce sua liberdade. O sentimento do homem em relação ao outro é de desconfiança. Muitos objetos do cenário urbano brasileiro, parecem ter sido projetados tomando como base o pensamento de Hobbes. O interior da maioria dos ônibus coletivos que circulam no Rio de Janeiro, por exemplo, foi desenhado partindo do princípio que o indivíduo, se puder, não vai pagar pelo serviço de transporte. Para evitar que isso ocorra, um sistema de objetos composto por estreitos corredores, barras e roletas encurralam os passageiros, garantindo o pagamento da passagem. Este mesmo sistema de objetos, no entanto, não garante a segurança destes passageiros, na medida em que a ação de encurralar é contrária a de agilizar a saída em casos de acidentes.

Que outros artefatos parecem ter sido projetados tomando como base o pensamento de que “o homem é um lobo para o homem”? E como seria o interior dos ônibus e a forma de tantos outros artefatos se tivessem sido projetados com base no pensamento de Rousseau de que o homem é bom?

Rousseau e o Design do interior dos ônibus coletivos

Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) nasceu na Suíça, de uma família de origem francesa. Em 1762, publicou o livro “Contrato Social” cuja idéia central parte do princípio que o homem é, por natureza, bom e que é a sociedade que o corrompe. Em seu estado natural, o homem vive feliz, em harmonia com o mundo e na inocência e difere essencialmente dos outros seres naturais e animais por sua perfectibilidade. Para Rousseau “O homem nasce livre, e em toda parte está acorrentado”. Seu problema consiste em encontrar uma forma de sociedade na qual possa preservar sua liberdade natural e garantir sua segurança. Na medida em que os obstáculos à preservação da vida se tornam maiores do que os recursos para sua conservação, os homens estabelecem um contrato entre si e criam um órgão coletivo, cujo soberano é o conjunto dos membros da sociedade. Cada homem é ao mesmo tempo legislador e sujeito, obedecendo às leis que ele mesmo fez.

Segundo Rousseau, todo homem, como indivíduo, possui uma vontade particular e, como cidadão, uma vontade geral que o conduz a querer o bem do conjunto do qual é membro.

Voltando para o interior de um outro ônibus coletivo conduzidos pelas idéias de Rousseau, o usuário acostumado com corredores, barras e roletas se espanta com a ausência daqueles aparatos que desconfiam e desafiam sua honestidade. No interior deste ônibus há apenas um receptáculo, longe da vista do motorista, onde, presume-se, deve ser depositado o valor da passagem. Nosso usuário não tem a quantia trocada, mas decerto não hesitará em conseguí-la para responder àquela manifestação, literalmente formal, de reconhecimento de sua honestidade.

Diante do exposto, podemos pensar que a forma física de um dado artefato reflete uma dada visão da ação social e pode provocar uma dada atitude de uso. Em outras palavras, um artefato que duvida da honestidade de seu usuário pode provocar uma atitude de uso desonesta, assim como um artefato que acredita na honestidade de seu usuário, pode provocar uma atitude de uso honesta.

Adam Smith, Imaginação, Imagens e Solidariedade

Adam Smith (1723-1790) acreditava no homem e foi o criador da corrente de pensamento que entende que o conjunto das ações individuais cria o bem estar coletivo. Para ele, tudo o que acontecia na sociedade era obra das pessoas comuns. O homem age pelo sentimento, mas não pelo hábito e sim por um empreendimento e, ao contrário do que afirmava Hobbes, viver em sociedade não era um ato primordialmente egoísta.

As idéias expostas no livro Teoria dos Sentimentos Morais publicado em 1759 dizem respeito à conduta moral dos homens e são de uma atualidade assombrosa e um otimismo contagiante.

A argumentação de Adam Smith parte da categoria da simpatia: uma propensão natural do ser humano que permite que se estabeleça uma comunicação entre seus sentimentos e os sentimentos do outro.

Sympathy é uma categoria neutra e exprime o conjunto de mecanismos a partir do qual percebemos a ação do outro. Esta percepção se dá pela capacidade que temos, segundo Smith, de nos colocar no lugar do outro, de experimentar as situações vividas pelo outro, e de partilhar os sentimentos que elas despertaram no outro.

É a esse princípio de nossa natureza - ao qual Smith também dá o nome de solidariedade - que somos apresentados logo no primeiro parágrafo de uma argumentação que segue em estilo simples, claro e consistente como a conversa de um avô sábio:

“Por mais egoísta que se suponha o homem, evidentemente há alguns princípios em sua natureza que o fazem interessar-se pela sorte dos outros, e considerar a felicidade deles necessária para si mesmo, embora nada extraia disso senão o prazer de assistir a ela. Dessa espécie é a piedade, ou compaixão, emoção que sentimos ante a desgraça dos outros, quer quando a vemos, quer quando somos levados a imaginá-la de modo muito vivo. É fato óbvio demais para precisar ser comprovado, que freqüentemente ficamos tristes com a tristeza alheia; pois esse sentimento, bem como toda a outra paixão original da natureza humana, de modo algum se limita aos virtuosos e humanitários, embora estes talvez a sintam com uma sensibilidade mais delicada. O maior rufião, o mais empedernido infrator das leis da sociedade, não é totalmente desprovido desse sentimento” (Smith, 1999: 5).

A engenhosa teoria dos sentimentos morais de Adam Smith engrena-se em um texto eloqüente e repleto de convincentes ilustrações, que nos conduz a entender a simpatia, ou a solidariedade, como um mecanismo que faz parte da natureza humana e é movido pela imaginação. De acordo com Smith, é por intermédio da imaginação que:

“podemos nos colocar no lugar do outro, concebemo-nos sofrendo os mesmos tormentos, como se entrássemos no corpo dele e de certa forma nos tornássemos a mesma pessoa (...) é trocando de lugar, na imaginação, com o sofredor, que podemos ou conceber o que ele sente, ou ser afetados por isso” (Smith, 1999: 6).

O Design, e as imagens que cria, têm um potencial incomparável para expandir a capacidade de nossa imaginação de se moldar à imaginação do outro, e de nos colocar no lugar do outro, conceber o que ele sente e ser afetado por isso. Dentre as espetaculosas imagens do atentado as torres gêmeas do “World Trade Center”, aquelas que mais aproximaram as pessoas da dimensão humana de um fato de tantas facetas foram as que retrataram pessoas, suas expressões de medo e sofrimento ou sua presença, como os óculos, a caneta, as chaves e outros objetos pessoais sob os destroços.

John Stuart Mill, Design e Inclusão Social

A Revolução Industrial deixa para trás o vagaroso tempo do mundo rural e introduz um ritmo na vida das pessoas nunca antes experimentado. Acelera o processo de trabalho; muda as relações familiares; inaugura casos de dissoluções de casamentos e paternidade desconhecida; substitui o trabalho solitário na terra por enormes contingentes de pessoas em fábricas e o isolamento da vida no campo pela concentração das cidades, transformadas em enormes formigueiros humanos com uma quantidade de pessoas nunca antes reunida. Demanda uma nova classe de trabalhadores mais educados, expande os sistemas educacionais, faz surgir uma população mais consciente e desencadeia novas desigualdades. O sentimento da classe dominante diante da convivência tão próxima a massas miseráveis é de pavor. O cenário descortinado não se caracteriza pelo conflito externo entre governos, mas pelo conflito interno da sociedade, e é aterrorizante do ponto de vista social. A pergunta “Como é possível a sociedade” ganha novos e rebuscados contornos. Chega ao fim o mito da igualdade.

Neste contexto, a questão central do inglês John Stuart Mill é a liberdade do indivíduo, ameaçada pelas transformações sociais e econômicas impostas pela Revolução Industrial. Ele entendia que toda a ação individual buscava um elemento de utilidade para o indivíduo e estava voltada para a diminuição da dor e para o aumento do prazer, tanto material quanto afetivo. Mantendo a tradição do pensamento inglês de manter o Estado à margem, Mill atribuía ao próprio indivíduo, e não ao governo, a tarefa de definir o que lhe era útil. O governo não podia definir, nem realizar a felicidade do indivíduo.

A crença do Liberalismo de que o homem encontraria seu meio de integração e de que cada um buscaria seu bem-estar em nome do bem comum, fica cada vez mais insustentável. É urgente que se encontre formas de “controle social”.

Mill preocupa-se com a melhoria da condição de vida dos homens e com as dificuldades de reestruturação da sociedade diante do quadro desconcertante que se apresentava então. Para ele o que estava em risco não era a minoria, mas o indivíduo e um meio de se evitar revoluções seria incluir e dar voz aos excluídos.

Passados os séculos, muitas cenas pintadas no contexto da Revolução Industrial ganharam cores bem mais sombrias. O número de excluídos, ou da “classe perigosa” cresce vertiginosamente, assim como o inútil aparato de segurança contra a violência decorrente das diferenças e da indiferença. As soluções devem vir de todas as direções. Neste contexto, é preciso se rever a prática corrente do Design, pois como alerta Alexander Manu:

“Já é hora de nossa jovem profissão assumir uma responsabilidade adulta. Não somos mais o filho recém-nascido da arte e da indústria, subserviente aos nossos clientes à procura de orientação e direção. Precisamos sair do tempo egoísta (...) nossa inocência já foi demasiado prolongada” (Manu, 1995: p.45).

O designer deve buscar ampliar seu raio de ação e atender segmentos da sociedade pouco contemplados pelo sistema de produção vigente ou pelo que se convencionou chamar de mercado. Deve ouvir mais a voz das pessoas, e menos o ensurdecido som do “mercado” ou dos meios de produção. Deve estar preparado não somente para desenvolver produtos, mas para desfazê-los ou não fazê-los quando forem desnecessários inadequados e supérfluos.

O designer deve contribuir para as atuais necessidades dos indivíduos e buscar formas de promover a inclusão social, a tolerância, a solidariedade, a felicidade e o desenho de uma sociedade mais simétrica.

Conclusão

Este trabalho teve como principal intenção trazer algumas reflexões em torno de questões de Design a partir de passagens do pensamento social clássico e contribuir para a abertura de outras perspectivas para a atividade do Design no Brasil e encerra-se por aqui. A quantidade, exuberância e riqueza do pensamento social clássico, no entanto, não admite que esta apresentação termine com um ponto final, ou mesmo com reticências, mas sublinhando que as visões dos autores clássicos sobre a ação social são essencialmente visões da capacidade e potencial humanos, e como tal, instrumentos fundamentais para se pensar outras e novas formas de fazer Design ...

Bibliografia

- ARON, Raymond Aron. As Etapas do Pensamento Sociológico. São Paulo: Martins Fontes. 2000.
- BOTTOMORE, Tom & NISBET, Robert. *História da Análise Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores S.A.. 1980.
- CROWTHER, Ian. Conservadorismo. IN: OUTHWAITE, William e BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Social do Século XX* Rio de Janeiro: Editora Zahar. 1993.
- ESCOREL, Ana Luíza. *O efeito multiplicador* do Design. São Paulo: Editora SENAC. 2000.
- FRASCARA, J.. Graphic Design: Fine Arts or Social Science? IN: V. MARGOLIN & R. BUCHANAN. *The Idea of Design*. Cambridge: MIT Press. 1995.
- HALL, Edward T.. IN: M. MCLUHAN. *A Galáxia de Gutenberg*. São Paulo: Editora Nacional. 1977.
- HOBBS, Thomas. *Leviathan*. New York: Penguin. 1981.
- MANU, Alexander. Revista da Aldeia Humana. Florianópolis: SENAI/LBDI. 1995.
- MILL, John Stuart. *On Liberty*. Cambridge: Hackett Publishing. 1978.
- MINOGUE, Kenneth R.. Liberalismo. OUTHWAITE, William e BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Social do Século XX* Rio de Janeiro: Editora Zahar. 1993.
- MONTESQUIEU, Charles Louis de. *O Espírito das Leis*. São Paulo: Martins Fontes. 1993.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O Contrato Social e Outros Escritos*. São Paulo: Cultrix. 1999.
- SMITH, Adam. *Teoria dos Sentimentos Morais*. São Paulo: Martins Fontes. 1999.

Vera Damazio: vdamazio@rdc.puc-rio.br

¹ Leviatã é o nome de um ser monstruoso mencionado na Bíblia, do qual Hobbes se apropria e compara com o Estado em sua obra de mesmo nome. O Leviatã de Hobbes é representado pela figura de um rei gigantesco, cujo corpo é formado por anõezinhos que reunidos e organizados constituem um ser superior, poderosíssimo e contra o qual nenhum indivíduo ousa lutar.